

## **Curso de Doutoramento 2015/2016**

### **Introdução ao Direito Público I e II**

**Docente: Alexandre Sousa Pinheiro**

Com o presente curso pretende-se avaliar o modo como a distinção entre Direito Público e Direito Privado se manifesta na atualidade.

A falência de um Direito Público de matriz autoritária baseado no *ius imperii* e a emergência de figuras contratuais no Direito Administrativo alteram o paradigma do constitucionalismo originário.

A introdução nas constituições da segunda metade do século XX da aplicabilidade direta dos direitos fundamentais representa um desafio distinto que merece atenção no curso de doutoramento.

Importará a avaliação da comunidade como pacto e da competência contratualizada no exercício da função administrativa.

Será, igualmente, relevante a natureza dislógica da relação entre o poder político e o poder judiciário, particularmente no exercício da atividade hermenêutica.

#### Bibliografia inicial:

Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão (org.), “Comentários ao Código do Procedimento Administrativo”, Lisboa, 2015

Claus Wilhelm Canaris, “Direitos fundamentais e direito privado”, Coimbra, 2003.

J. Gomes Canotilho “Direito Constitucional e Teoria da Constituição”, Coimbra-2003.

Jorge Miranda “Manual de direito Constitucional”, II, Coimbra, 2013.

J. Reis Novais “Direitos Fundamentais e Justiça constitucional- em estado de direito democrático”, Coimbra, 2013.

Miguel Nogueira de Brito “«Sobre a Distinção entre Direito Público e Direito Privado»”, in AAVV, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, vol. I, 2010

Paulo Otero “Legalidade e Administração Pública: O sentido da vinculação administrativa à juridicidade, Almedina, Coimbra, 2003,

Pedro Gonçalves “Entidades privadas com poderes públicos”, Coimbra, 2005.

Robert Alexy “Teoría de los derechos fundamentales” Madrid, 1997.

Ronald Dworkin “Taking the Rights Seriously”, Cambridge, 1977

Ronald Dworkin, “Law’s Empire”, 1986

Vasco Pereira da Silva, “Em busca do acto administrativo perdido”, Coimbra, 1998

AAVV “Interpretação Constitucional”, org. Virgilio Afonso da Silva, S. Paulo, 2005

AAVV “Judicial Activism”, org. Luis Pereira Coutinho, Massimo Latorre, Steven Smith, New York/London, 2015